

COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO

RESOLUÇÃO n. 04/2019/COLEGIADO DIREITO

Aprova a inclusão de disciplina optativa no curso de Direito, matriz curricular n. 5, turno matutino.

O Presidente do Colegiado do curso de Direito, no uso de suas atribuições e considerando o decidido pelo Colegiado reunido em 07 de março de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a inclusão de disciplina optativa no curso de Direito, matriz curricular n. 5, turno matutino, nos seguintes termos:

Disciplina	Ementa	N. créditos	Hora/aula	
			50min.	60min.
Direitos Humanos, Igualdade e Relações Étnicas Raciais no Brasil (optativa)	Oportunizar aos acadêmicos do Direito o estudo, em perspectiva crítica, dos Direitos Humanos, Democracia e Cidadania, sua contextualização crítica na contemporaneidade	2	36	30
Sociedade, Democracia e Estado (optativa)	Direito, dominação e burocracia. Relação entre Direito e Sociedade: perspectivas crítica, normativa e sistêmica. Conceito de democracia. Conceito de publicidade. Conceito de esfera pública. Relação entre Direito e Democracia. Conceito e críticas ao conceito de Estado. Relação entre estado e a Sociedade Global. A importância do conceito de Estado para a teoria jurídica.	2	36	30
Processo e Técnica Legislativa (optativa)	Processo legislativo: competências; procedimentos; exposição de motivos e justificativa da proposição; emendas à constituição e outras normas; Técnica legislativa: redação técnica, estrutura e divisão dos textos legais.	2	36	30

João Carlos Medeiros Rodrigues Júnior
Coordenador do Curso de Direito
Data: 02/03/2019

Direito Previdenciário II (optativa)	<p>Parte I: Matérias previdenciárias complementares à disciplina obrigatória: Competência para ajuizamento de demandas previdenciárias (Federal – Estadual - Delegada) e Juizados Especiais Federais (Lei 10.259/01)</p> <p>Parte II - Processo Administrativo Previdenciário (teoria e prática).</p> <p>Parte III - Iniciando na Advocacia Previdenciária: planejamento, escritório de advocacia, formulário de atendimento, documentação, recebimento dos valores (RPV/precatório); honorários advocatícios e Tabela da OAB; petições em matéria previdenciária (petição inicial, manifestação/impugnação de laudo pericial, recursos, etc); protocolo no sistema eletrônico; instrução processual (documentos a serem juntados com a inicial, audiências, sustentações orais); Análise jurisprudencial e temas polêmicos nos diversos Tribunais em matéria previdenciária; Reforma Previdenciária.</p>	2	36	30
Direito Condominial	Do condomínio edilício e seus elementos históricos. Modalidades de condomínios e conceitos. Natureza jurídica e dos princípios que informam os direitos reais e o condomínio edilício. Do síndico, Conselho Consultivo e Administração do Condomínio. As legislações e instrumentos normativos atinentes ao condomínio edilício. Questões atuais (inadimplência, animais, condômino antissocial, entre outros).	2	36	30

João Carlos Medeiros Rodrigues Júnior
Coordenador do Curso de Direito
Portaria Nº 02/2017/FEIOP

Crimes Federais (optativa)	Atribuições a POLICIA FEDERAL. Competência da JUSTICA FEDERAL. Crimes contra a ordem tributária. Crimes previsto na Lei Di Telecomunicação. Crimes contra o meio ambiente. Crimes Praticados por prefeitos. Crimes no Estatuto do Índio e no Estatuto do Estrangeiro (atual Lei de Migração). Lavagem e ocultações de bens e valores. Moeda falsa. Lei de Segurança Nacional. Organizações criminosas. Trabalho escravo. Trafego internacional de drogas, armas, crianças e pessoas. Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Cooperação jurídica internacional.	2	36	30
Direito Desportivo (optativa)	Direito e desporto. Sistemas desportivos. Aspectos introdutórios: direito desportivo. Direito desportivo e direito (público) do desporto. Arquitetura do movimento desportivo. Autonomia desportiva. Direito constitucional do desporto. Direito disciplinar desportivo. Código brasileiro de justiça desportiva. Contrato de trabalho de atleta profissional. Direito de imagem. Direito de arena. Regulamentações FIFA: transferências internacionais e direitos econômicos. Aspectos consumeristas: estatuto do torcedor. Desporto e jurisdição.	2	36	30
Pesquisa Social (optativa)	A pesquisa em direito e a pesquisa em ciências sociais. O Direito como objeto de estudo empírico. O uso da abordagem qualitativa. Observação participante. Entrevistas. Grupo focal. Estudo de caso.	2	36	30
Atualidades em Direito das Sucessões (optativa)	O direito das sucessões e sua nova configuração. A filiação, casamento, união estável, união poliafetiva e suas implicações para o direito das sucessões. Inventário judicial e extrajudicial.	2	36	30


 João Carlos Medeiros Rodrigues Junior
 Coordenador do Curso de Direito
 Portaria Nº. 02/2017/Reitoria

Registros Públicos (optativa)	1. Natureza Jurídica da Atividade e suas particularidades; 2. Registro Civil das Pessoas Naturais: atos do cotidiano; 3.Registro Civil das Pessoas Jurídicas: sociedades e associações; 4.Registro de Títulos e Documentos: contratos registráveis; 5.Tabelionato de Notas: materialização jurídica de vontades qualificadas; 6.Tabelionato de Protestos: documentos judiciais e extrajudiciais protestáveis; 7.Registro de Imóveis: noções gerais da aquisição imobiliária.	2	36	30
-------------------------------	--	---	----	----

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir do 2º semestre de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Criciúma, 07 de março de 2019.

*João Carlos Medeiros Rodrigues Júnior
Presidente do Curso de Direito
Resolução Nº. 02/2017 Rectoria*

PROF. Me. JOÃO CARLOS MEDEIROS RODRIGUES JÚNIOR
PRESIDENTE DO COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO